

Este estudo se insere no projeto "Reprodução e Recriação Social na Universidade e as Ingerências do Estado: o caso UFRGS" cujo objetivo maior é identificar interferências do Governo Central e do Governo Regional sobre a Escola de Engenharia e as Faculdades de Medicina e Direito, gênese da atual UFRGS. A metodologia de trabalho tem caráter histórico, incluindo consulta a fontes primárias (atas, estatutos, regimentos, decretos, diário oficial) e secundárias (jornais da época, livros e revistas), bem como entrevistas com estudiosos do período. Com relação ao Direito perquiriu-se obras e documentos históricos que fizessem referência a propedêutica da Faculdade, a sua fundação, que data o longínquo ano de 1900. Também foi efetuada a trajetória da Faculdade até o ano de 1926 através dos fatos mais eloquentes, com o intento de averiguar-se o caráter da ingerência. No decorrer da pesquisa as relações Estado-Faculdade consubstanciaram-se em três culturas institucionais (Franco, 1988), a saber: submissão, reatividade e antecipação. Estas categorias referem-se ao comportamento da Faculdade com relação a Ingerência do Estado. Até o momento, é possível depreender-se que após a Reforma no Ensino (1915), proposta pelo então Ministro Carlos Maximiliano, a Faculdade mostrou-se descontente com os rumos tomados pela educação brasileira. A forma encontrada para protestar foi o não acatamento da Reforma até o ano de 1917, período em que a Faculdade viveu dentro de uma espécie de clandestinidade. O caminho da submissão, ou melhor, aceitação das normas governamentais deu-se após intenso confronto com o Governo Federal. Ficará determinado então neste relato, o tom das relações entre Estado e Faculdade no âmbito nacional, em termos de um constante desentendimento com o lógico agravamento das diferenças existentes com o passar dos anos. Regionalmente tínhamos uma certa cumplicidade, o que nunca significou uma total submissão ao Executivo gaúcho.